

A escrita, sendo um dos mais importantes mecanismos de difusão cultural, insere-se nos campos de interesse da História. É um instrumento cognitivo, comunicativo e expressivo e, portanto, possui determinados conjuntos de normas que devem ser seguidos para o cumprimento das suas funções. Tomando como exemplo os documentos públicos produzidos no mundo ocidental durante a Era Moderna, percebemos uma ordem construtiva pré-estabelecida: cartas de mercês, requerimentos, diplomas, estatutos confrariais, entre outros, deveriam ser executados “na forma do estilo”. Essas regras atingiam não só o texto como também sua ordem estética. Determinados tipos de letras, suportes e desenho da página eram utilizados de acordo com a função, o emissor ou o destinatário do documento.

O escrivão deveria dominar as regras, que eram apreendidas na prática ou através de manuais de escrita. Dos tratados de caligrafia podem ser extraídas as regras vigentes em cada época, pois vários autores se preocuparam em esclarecer e difundir as formas de se produzir um documento público, da correção gramatical à diagramação da página.

A visualidade é um discurso e possui regras que indicam, a um olhar, o seu destinatário, o seu uso ou a sua função. Segundo Francisco Gimeno Blay, desde a Idade Média havia determinadas características na emissão de documentos que tornavam possível o seu reconhecimento imediato através da informação visual. O suporte da escrita também distinguia o documento. O pergaminho era preferível ao papel em situações mais solenes e memoráveis, tais como a emissão de privilégios, forais, cartas de fundação etc. No entender de Fernando Bouza Alvarez, desde o surgimento da tipografia, o registro manuscrito ganhou em solenidade em relação ao impresso; a sua beleza e qualidade exteriores faziam parte dessa construção simbólica.

Na abordagem sobre a circulação de saberes, devemos considerar, além do conteúdo textual, as formas e as maneiras como foi idealizado. Pretende-se, nesta comunicação, apresentar algumas das regras visuais próprias a determinados documentos públicos vigentes entre os séculos XVI e XVIII, através da análise de alguns dos manuais de caligrafia que circularam na Península Ibérica e seus domínios coloniais.

Palavras-chave: produção de manuscritos; pintura e caligrafia; cultura e manifestações artísticas; Península Ibérica.

¹ Bolsista FAPEMIG e CAPES.